

CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Gabinete da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto

Despacho n.º 9039/2025

Sumário: Designa os membros do conselho diretivo do Património Cultural, IP.

Considerando que no n.º 2 do artigo 6.º da Orgânica do Património Cultural, IP, aprovada no anexo I do Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, se prevê que o respetivo conselho diretivo é composto por um presidente e dois vice-presidentes;

Considerando que os cargos de presidente e de vice-presidentes do conselho diretivo do Património Cultural, IP, ficaram vagos, tendo-se procedido à respetiva designação em substituição, através do Despacho n.º 7327/2024, de 5 de julho, e do Despacho n.º 5157/2025, de 5 de maio, de modo a assegurar o normal funcionamento do serviço até provimento definitivo dos mesmos;

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, os membros do Conselho Diretivo são designados por despacho do membro do Governo da tutela, na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública previstos no Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;

Considerando que nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, prevê que os titulares dos cargos de direção superior são recrutados, por procedimento concursal, conduzido pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), de entre indivíduos que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções;

Considerando que foi requerida à CReSAP a abertura e tramitação dos procedimentos concursais adequados ao provimento dos cargos de presidente e vice-presidentes do Conselho Diretivo do Património Cultural, IP;

Considerando que a CReSAP remeteu à área governativa da cultura, a 26 de março de 2025, na sequência dos procedimentos concursais n.ºs 1523_CReSAP_38_07/24, 1531_CReSAP_46_08/24 (repetido com o n.º 1584_CReSAP_46_08/24) e 1524_CReSAP_39_07/24, os relatórios finais com propostas de designação para os referidos membros do conselho diretivo;

Considerando que o licenciado João Mário Soalheiro Costa integra a lista de candidatos propostos à designação pela CReSAP para o cargo de presidente, que a Doutora Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa e o licenciado Filipe Manuel Campos Silva integram as duas listas de candidatos propostos à designação pela CReSAP para os cargos de vice-presidentes;

Determino, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Orgânica do Património Cultural, IP, aprovada no anexo I do Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, e nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, na sua redação atual, o seguinte:

1 – São designados, em comissão de serviço, por um período de cinco anos, para o conselho diretivo do Património Cultural, IP, os seguintes membros:

- a) João Mário Soalheiro Costa, para o cargo de presidente do conselho diretivo;
- b) Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa, para o cargo de vice-presidente do conselho diretivo;
- c) Filipe Manuel Campos Silva, para o cargo de vice-presidente do conselho diretivo.

2 – A competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação dos designados para o adequado exercício das funções estão patentes nas respetivas notas curriculares, publicadas em anexo ao presente despacho, que dele fazem parte integrante.

3 – Autorizo Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa a optar pelo vencimento base da sua categoria de origem, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

4 – O presente despacho produz efeitos no dia da sua assinatura.

24 de julho de 2025. – A Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes.

ANEXO

(a que se refere o n.º 2)

Notas curriculares

I – Dados pessoais:

Nome: João Mário Soalheiro Costa;

Data e local de nascimento: 6 de janeiro de 1972, em Reims, Marne, França.

II – Habilitações académicas:

Frequência do curso de doutoramento em História, área de especialização em História da Idade Média, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2018-2022);

Licenciatura em Teologia, pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, no Porto (1999), com a classificação final de 18 valores.

III – Experiência profissional:

Junho 2024-2025: presidente do conselho diretivo do Património Cultural, IP, em regime de substituição;

2019-2024: membro do conselho editorial e do conselho de arbitragem científica da *Beira Alta*: revista de estudos da Região, órgão da Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão-Lafões;

2014-2017: consultor da Direção Regional de Cultura do Centro para o Programa «PT08-Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural», cofinanciado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu dos EEA Grants e pelo Estado Português;

2012-2013: subdiretor-geral, em regime de substituição, da Direção-Geral do Património Cultural;

2009-2012: diretor da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo;

2009-2015: membro do conselho científico do Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal, Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa;

2007-2009: membro do conselho consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP, em representação da Conferência Episcopal Portuguesa;

2007-2009: diretor do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, tutelado pela Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, da Conferência Episcopal Portuguesa;

2003-2004: consultor científico do Instituto Português de Conservação e Restauro, no âmbito das linhas de investigação: «Tecidos Medievais» e «Retábulo da Natividade»;

2001-2022: membro do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa;

1998-2006: vogal da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Lamego, pelo período de dois mandatos;

1998-1999: membro da comissão científica das Comemorações do VII Centenário da Concessão do Foral de D. Dinis a Vila Nova de Foz Côa (1299-1999), iniciativa da autarquia;

1997-2001: coordenador-geral do «Programa de Inventário do Património Cultural Móvel das Paróquias do Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa».

I – Dados pessoais:

Nome: Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa;

Data e local de nascimento: 15 de novembro de 1971, em Lisboa.

II – Habilitações académicas:

Doutoramento na área de especialização em Pré-História, na Faculdade de Letras de Lisboa: (2010);

Mestrado em Pré-História e Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1997);

Licenciatura em História, variante de Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1993).

III – Experiência profissional:

2024-2025: vice-presidente do conselho diretivo do Património Cultural, IP, em regime de substituição;

2023-atual: académica correspondente da Academia Portuguesa da História;

2017-atual: membro correspondente do Instituto Arqueológico Alemão;

2013-atual: professora auxiliar, de nomeação definitiva, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Departamento de História).

Investigadora da UNIARQ, no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Docente da licenciatura de Arqueologia e de História, como também do mestrado em Arqueologia.

Coordenadora das edições da UNIARQ.

Editora da revista *Ophiussa*.

Direção e participação em numerosos projetos de investigação plurianual de arqueologia em Portugal;

Colaboração como investigadora em projetos internacionais (Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada; e Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla);

2012-2013: subdiretora-geral, em regime de substituição, da Direção-Geral do Património Cultural.

Coordenou o Grupo de Trabalho para a «Revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos», que resultou no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro;

2011-2013: subdiretora, em regime de substituição, do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP;

2008-2013: professora convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Departamento de História);

1997-2011: coordenadora do Gabinete de Arqueologia, da Câmara Municipal de Mafra.

I – Dados pessoais:

Nome: Filipe Manuel Campos Silva;

Data e local de nascimento: 30 de novembro de 1965, Luanda.

II – Habilitações académicas:

2016: CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública;

2009: FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública;

2001: pós-graduação em Ciência Política, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa;

2000: pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, Universidade Autónoma de Lisboa;

1990: licenciatura em Gestão e Administração Pública, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

III – Experiência profissional:

Desde abril 2025: vice-Presidente do Conselho Diretivo do Património Cultural, IP, em regime de substituição;

2025: diretor, em regime de substituição, do Departamento de Planeamento e Gestão, direção de serviços do Património Cultural, IP;

2020-2025: assessor do diretor-geral de Energia e Geologia;

2020-atual: membro do conselho fiscal da ADENE – Agência para a Energia;

2019-2020: adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XXII Governo Constitucional;

2015-2019: subdiretor-geral da Direção-Geral do Património Cultural;

2014-2015: coordenador da Unidade de Auditoria Interna da Direção-Geral do Património Cultural;

2012-2013: controlador financeiro da Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEA Grants;

2008-2012: diretor de Serviços de Gestão da Direção-Geral de Arquivos;

2004-2008: inspetor da Inspeção-Geral de Finanças;

2003-2004: assessor da Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária;

2002-2003: chefe da Divisão de Gestão Financeira da Assembleia de República;

1996-2002: inspetor da Inspeção-Geral de Finanças;

1994-1995: docente da Universidade Internacional;

1990-1996: técnico superior da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Conferencista e formador nas áreas da gestão orçamental e financeira, recursos humanos, auditoria, contratação pública e prevenção dos riscos de corrupção.

319360526